

PÓS-FORDISMO, TRABALHO IMATERIAL, PÓS-POLÍTICA, CLASSES ANTAGÔNICAS E ATO EDUCATIVO.

Hildemar Luiz Rech¹

Resumo

As novas formas de divisão do trabalho e o processo de trabalho contemporâneo se caracterizam tanto por uma flexibilidade funcional quanto numérica do emprego da força de trabalho. O que existe de catastrófico nisto, do ponto de vista social, é o crescente descarte e a volatilidade das habilidades, funções e postos de trabalho. Assim, a insegurança no emprego, a possibilidade de demissões, a precarização dos contratos e a deterioração salarial e da renda do trabalho tornam-se práticas recorrentes e normais. Por outro lado, o ponto de vista que vê o “trabalho imaterial” como hegemônico e imediatamente revolucionário na atualidade – apostando que sua criatividade e mobilidade tende a libertá-lo do aprisionamento burocrático-estatal, fabril e empresarial rigidamente hierarquizado e centralizado – é aqui submetido a críticas. Na contramão da eufórica visão em relação ao “trabalho cognitivo”, emergem leituras marxianas que sustentam o seguinte: caso não ocorra simultaneamente uma ultrapassagem da dimensão performativa da democracia formal burguesa e uma superação irreversível das coordenadas sistêmicas do capital, o “trabalho imaterial” não conseguirá livrar-se da lógica da lei do valor. Por outro lado, no presente trabalho também são abordadas criticamente as “posições pós-políticas” que deixam para trás os velhos combates ideológicos e se centram na administração especializada, com o apoio em “práticas biopolíticas” de gestão social, em circunstâncias econômico-sociais restritivas. Por outro ângulo, no presente texto, a “luta de classes” é visualizada como antagonismo estrutural oculto que funciona como princípio estruturador, ou seja, como “universal concreto” de todo o campo de lutas e diferenças sociais. Por fim, trata-se aqui de apontar para o “ato político” e “educativo” que rompe com a constelação sócio-simbólica do capitalismo global existente. Ou seja, o ato político/pedagógico é incondicional, não no sentido de estar situado fora da história e fora do registro simbólico socialmente ancorado, mas de ser um ato surpreendente que é irredutível ao parâmetro e à moldura das condições opressivas dadas no capitalismo.

Palavras-chave: Pós-Política. Trabalho Imaterial. Antagonismo de Classes. Ato Político-Pedagógico.

Abstract

The new forms of work's division and the contemporary process of work are characterized as much by a functional flexibility as by a numerical flexibility of workforce use. In a social point of view, what really crops up as catastrophic in this way, is a growing discard and volatility of abilities, accompanied by the disappearing of functions and work's positions. So, the insecurity in job, the high possibility of dismissals, the precarious condition of work's agreements and the deterioration of wages or workforce income became repeated and normal practices. On the other hand, the point of view which sees the “immaterial work” as politically hegemonic and immediately revolutionary at present time – betting that its creativity and mobility tends to free work from a bureaucratic state-owned and an industrial enterprise imprisonment, which are hierarchy placed and centralized in a rigid way – is here submitted to criticism. In opposition to the euphoria vision regarding to the “cognitive work”, emerge marxian interpretations which sustain the following: if doesn't occur one irreversible overcoming of the performer dimension inherent to bourgeois democracy, and without the supersede of “value law” of capital, the “immaterial work” never will be successfully succeeded to get rid of “surplus-value” logic. By other angle, are here approached critically the “post-political positions” which left backwards the old ideological struggles and center itself on the specialized administration, with the support of “bio-political practices” of social management, by restrictive social-economic circumstances. Yet, in other angle, in the present text, the “class struggle” is visualized as a hidden antagonist structural principle, which functions as “universal concrete” of the whole field of social struggles and social differences. Finally, is here focused on the political/educational act, which breaks off with the socio-symbolic constellation of the existent global capitalism. So, the authentic political/pedagogical act is here visualized as in-conditional, not in the sense of being situated

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH da UNICAMP, SP, e pela Universidade de Manchester, Inglaterra; Pesquisador e Professor Associado IV no Departamento de Fundamentos da Educação e na Linha de Pesquisa de Filosofia e Sociologia da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, FAGED-UFC. E-mail: hluizrech@gmail.com

out of history and out of the symbolic register socially anchored, but because of being a surprising act, which can't be reduced to the parameter and to the molding of the given oppressive conditions of capitalism.

Key-words: Post-Politics. Immaterial Work. Class Antagonismo. Political/Pedagogical Act.

1. Apontamentos introdutórios

O capitalismo globalizado contemporâneo, para fazer frente à sua crise de legitimidade e a seus problemas em termos do processo de acumulação ampliada, necessita recorrer a sutis e sofisticadas formas complementares de dominação político-social e ideológica. Pois, somente assim consegue, de modo organizado, manter em movimentação acelerada a dinâmica dos fluxos do mercado. E, em um quadro de consolidação proliferada do paradigma tecnológico da microeletrônica, da automação e da digitalização, acompanhado por práticas de gestão flexíveis e fragmentárias, o trabalho é crescentemente reciclado, terceirizado, precarizado e, em grande proporção, tornado dispensável. Mas, por outro lado, o consumo é artificialmente induzido a crédito sob a emulação do reino da mercadoria-imagem, da propaganda, do marketing e da marca dos produtos. Por fim, em meio a isto, as práticas sociais capitalistas continuam ostentando o fetichismo da mercadoria e a lei do valor, que funcionam oculta e inconscientemente como pontos cruciais do núcleo de articulação e dinamização estrutural e sistêmica.

De outro lado, no quadro das formações sociais capitalistas, em referência às relações sociais e políticas, cabe aqui também enfatizar a proliferação de formas *pós-políticas*, regadas a *práticas biopolíticas* de controle social, que se articulam em torno da gestão do medo. Nestas circunstâncias, o próprio Estado concentra as suas forças, prioritariamente para garantir o livre fluxo das mercadorias (materiais e imateriais). Isto traz como efeito o fato de as políticas públicas e sociais, voltadas para o bem-estar e a segurança dos “cidadãos”, tornarem-se cada vez mais unilaterais, limitadas e desintegradas, sendo progressivamente substituídas por “*biopolíticas*” de cunho *pós-político*, voltadas para a administração da “*vidanua*”, isto é, sem direitos legais reconhecidos.

Ademais, no cerne desta tendência, as relações sociais ficam mais e mais assimétricas, desiguais e opacas, além de esvaziadas de quaisquer compromissos éticos e de solidariedade e de valores de reconhecimento socialmente integrativos. A própria linguagem fica impregnada pela violência. Por fim, as pessoas podem conviver socialmente, lado a lado, a partir de perspectivas bem diferentes, manifestando a maior indiferença umas com as outras,

de modo a reproduzir sutilmente, mediante o próprio discurso ideológico da tolerância sócio-cultural, práticas veladas de preconceito e de segregação social (ZIZEK, 2014).

Além disso, no universo da *pós-política* contemporânea, categorias centrais de cunho teórico-político e sociológico – tais como luta de classes, ideologia, totalidade, universalidade, exploração, dominação, marginalização social e desigualdade – tornam-se cada vez mais recalcadas. Ou seja, isto ocorre, em boa medida, porque o discurso ideológico dominante passa a se articular em torno da noção de tolerância. Assim, no cerne do processo de culturalização fragmentadora da política contemporânea, a contradição antagônica fundamental que é a luta de classes vem a ser substituída pelo discurso ideológico das diferenças culturais (ZIZEK, 2014).

A propósito, no que tange à noção de universalidade, Zizek (2014) entende que esta somente passa a adquirir sua eficácia simbólica ou a sua verdadeira efetividade quando ela irrompe como a dimensão universal do próprio cerne de uma realidade particular, que se experimenta como universal. Para o autor, não são as culturas com suas identidades próprias que se dão as mãos na luta pela emancipação. De modo bem diferente, são as partes de parte nenhuma de cada cultura – enfim as partes recalcadas, exploradas, oprimidas, discriminadas e condenadas ao sofrimento extremo – que, nas bordas da formação social capitalista, ao se juntarem numa luta partilhada, podem abrir a sociedade para perspectivas efetivas de emancipação social.

2. Pós-fordismo, fragmentação/flexibilização do trabalho e automação tecnológica

No âmago das formações sociais capitalistas contemporâneas, a conformação de um modelo multifacetadamente flexível, que, porém, não deixa de incorporar práticas de rigidez, impõem um disseminado, porém desigual, processo de desverticalização produtiva. Nesta nova moldura aparecem sincreticamente amalgamadas práticas produtivas e de organização do trabalho fordista-tayloristas, neofordistas e pós-fordistas. Mas, o paradigma tecnológico dominante, nestas circunstâncias, é de base microeletrônica, mecatrônica, cibernético-digital e da automação em geral, o qual alimenta uma fortíssima tendência de desemprego estrutural na sociedade.

Sob este prisma, na medida em que mais empreendimentos capitalistas se tornam multinacionais, as gerências tendem a flexibilizar e a manobrar seus postos de trabalho e funções em suas unidades produtivas e de serviços, dentro de suas redes e cadeias de

abastecimento locais, regionais, nacionais e mundiais. Sob este aspecto, novas formas de coordenadas decisórias entram no léxico da análise gerencial e trabalhista, de modo que a própria terceirização das atividades, dos contratos e das formas de trabalho “[...] tornou-se um termo genérico para a superposição de processos”. A propósito, como observa Standing (2013, p.65):

Ter o controle da divisão do trabalho [mediante a estratégia da terceirização] facilitou o processo de *offshore* [transferir empregados e tarefas de uma unidade produtiva para outra em outro país HLR] e de *inshore* [transferir tarefas e empregados em um mesmo país de uma unidade produtiva para outra aproveitando vantagens regionais HLR], e a alternância entre a *outsourcing* (terceirização) e a *insourcing* [manipulação e deslocamento de recursos humanos internos às unidades produtivas, sempre quando isto for vantajoso em termos da extração da mais-valia e do lucro empresarial HLR]”.

Portanto, no bojo desta tendência, as novas formas de divisão do trabalho e os processos de trabalho contemporâneos se caracterizam tanto por uma flexibilidade funcional quanto numérica do emprego da força de trabalho. O que existe de catastrófico nisso, do ponto de vista social, é o crescente descarte e a volatilidade das habilidades, das funções e dos próprios postos de trabalho. Assim, a insegurança no emprego, a possibilidade de demissões, a precarização dos contratos e a deterioração salarial e da renda do trabalho tornam-se práticas recorrentes. E, em contraposição, implantam-se, cada vez mais, formas de emprego fora do padrão clássico do assalariamento mais estável (formas estas não cobertas juridicamente por direitos trabalhistas diversos); ou seja, nesta moldura passam a ter visível presença as formas de emprego atípicas, de caráter flexível, temporário e precário.

Nestes termos, a própria gestão empresarial dos recursos humanos enfeixou a descentralização relativa da delegação de poderes decisórios junto com a emulação da criatividade, comportando políticas localizadas de auto-organização atreladas a células e redes de produção. Mas, esta descentralização de funções e decisões sempre se manteve nuclearmente controlada pelo comando das empresas, funcionando como uma das facetas mais destacadas do capitalismo digitalizado da atualidade.

Assim, no cerne do novo desenho flexível e horizontalizado das práticas de gestão do trabalho, o Capital, mais do que nunca, continua funcionando como o *Universal* que super-determina todas as formações sociais particulares (ZIZEK, 2008), condicionando-as de tal maneira a ponto de constranger inclusive as esferas não econômicas da vida social, exprimindo-se, enfim, como o verdadeiro “universal concreto” do atual período histórico.

A propósito, como observa Zizek (2008a, p.258):

A dominação tecnológica moderna está inextricavelmente entrelaçada à forma social do Capital; [pois,] ela pode ocorrer apenas dentro dessa forma e na medida em que as formações sociais com algum potencial alternativo mostram a mesma atitude ontológica, isso meramente confirma que elas são, em seu cerne mais íntimo, mediadas pelo Capital como sua universalidade concreta; enfim, como a formação particular que caracteriza todo o leque de alternativas, ou seja, que funciona como a totalidade abrangente que media todas as outras formações particulares.

A propósito, com esta perspectiva de análise, fica desmascarada a ideia de modernidades alternativas e diferentes ao modelo anglo-saxônico hegemônico, pois a revolução digital e ciberespacial da informação e a automação industrial produtiva e de serviços (material e imaterial) vem articuladas com a consolidação globalizante do mercado capitalista. Enfim, tanto a esfera econômica, como a política e a cultural são de alguma forma, mediadas pela nuclear força articuladora da modernidade, que é a de um capitalismo global propriamente dito [JAMESON, 2002].

Ademais, sob a lógica do capital globalizado, as propaladas políticas de identidade multiculturalista – de caráter religioso, racial, étnico, sexual (de gênero) e cultural –, afirmadas contra o pano de fundo do antigo reducionismo de classe, subdimensionam a presença fulcralmente ativa da noção de “classe”. Esta, contudo, continua a funcionar como núcleo oculto fundamental, no cerne da diversidade das contradições sociais, políticas e culturais da sociedade.

Portanto, a noção política de classe funciona como um antagonismo estrutural oculto insuperável, ancorado no cerne das coordenadas sistêmicas do capitalismo. Com base neste antagonismo são repetidamente encaminhadas soluções parciais e provisórias que procuram amainar as tensões em torno das contradições e conflitos centrais que se projetam a partir deste núcleo estrutural antitético. Assim, são costurados acordos, imposições e soluções, sempre visando à acomodação provisória – da diversidade de conflitos sociais, políticos e culturais – às coordenadas sistêmicas do capitalismo. Ou seja, o Capital necessita de uma moldura ou de um domínio universal, marcado ocultamente pelo antagonismo de classe, de cuja conformação, possíveis acomodações desiguais e assimétricas – no plano econômico, social, político e cultural – possam projetar-se com relativo êxito (ZIZEK, 2013).

Sob esta perspectiva, as diversas formações sociais, atravessadas pela lógica do Capital, também necessitam (mediante a colaboração das instituições estatais e privadas) forjar e renovar, de modo permanente, arranjos e dispositivos legais que funcionem, ao menos provisoriamente, como formas de regulação ou regulamentação normativa do mercado. Desse modo, é indispensável que os contratos sejam respeitados – por mais problemáticos que eles se apresentem em termos de seu conteúdo social.

3. Uma abordagem crítica de determinadas interpretações do capitalismo digital e do trabalho cognitivo e imaterial

Autores de renome como Michael Hardt e Antonio Negri (2005), sem atentar para mediações dialéticas, identificam no nomadismo disseminado de trabalhadores na contemporaneidade uma busca de condições de vida melhores. Ou seja, eles não veem os processos de deslocamento e de migração da força de trabalho, como sinal de desespero vital. Sob este aspecto, estes autores ignoram a insegurança social e material que cerca e aflige estes trabalhadores supérfluos e marginalizados, não vendo que os deslocamentos inarticulados desses amplos contingentes populacionais configuram uma movimentação caótica atravessada por uma profunda situação de desamparo.

A partir de um olhar centrado no cognitivismo e no mundo da automação digital, o nomadismo dos trabalhadores é percebido, por estes teóricos, como ato de recusa e de libertação de formas opressivas de trabalho e de relações sociais de aprisionamento. Esta perspectiva otimista, contudo, não é a regra dos movimentos migratórios e nômades da atualidade. Pois a fuga geralmente não conduz os fugitivos para longe das garras do capital e não os liberta de suas coerções e de seu controle, mas, pior do que isto, a fuga quase sempre arrasta estes desafortunados para os braços de predadores sociais e de exploradores sinistros (ALTVATER, 2010).

Sob o enfoque de Michael Hardt e Antônio Negri (2005) é o *trabalho imaterial* – realizado pelo chamado *cognitariado* – que se impõe com hegemônico e imediatamente revolucionário na atualidade, sendo que, segundo a análise destes autores, sua criatividade e deslocamento tende a libertá-lo do aprisionamento fabril e empresarial rigidamente hierarquizado e centralizado. O trabalho imaterial, enquanto produtor de relações sociais como fim imediato da produção, aponta, sob o prisma destes autores, para o rompimento com os limites impostos pela burocracia estatal e simultaneamente com o controle centralizador das grandes corporações capitalistas.

Porém, segundo Altvater (2010), caso não ocorra uma superação irreversível das coordenadas sistêmicas do Capital – que sustentam o *fetichismo da mercadoria*, a lei do valor, o *trabalho abstrato* e a relacionalidade do valor na troca das mercadorias –, o *trabalho imaterial* não conseguirá autonomizar-se da lógica do lucro.

O *trabalho imaterial* também não conseguirá – mediante a sua mera multiplicação processual – superar a dimensão performativa da forma de constituição e

articulação de interesses e opiniões, que caracteriza a configuração democrático-formal das formações sociais capitalistas (ZIZEK, 2011).

Portanto, sob este prisma, cabe ressaltar também o fato de que as articulações democráticas mais abrangentes – às quais as relações sociais imediatas do trabalho imaterial estão subordinadas – continuam, na atualidade, *super-determinadas* pelas coordenadas sistêmicas econômicas do capitalismo global e *sobre-determinadas* pela complexidade institucional, normativa e burocrática das organizações estatais nacionais e pelos organismos de governança global. Enfim, sem uma ruptura revolucionária com a lógica do capital, não é possível, nem ao *trabalho imaterial*, avançar para formas de participação democrática efetiva com maior poder de auto-regulação (ZIZEK, 2011).

Na verdade, Michael Hardt e Antônio Negri (2005) ignoram os obstáculos que impedem a concretização de suas apostas. Eles simplesmente se apoiam na ideia de que a produção imaterial, na medida em que é diretamente social, vai propiciar a efetivação de uma realidade em que os produtores e trabalhadores engajados neste tipo de produção se tornem gestores diretos de suas atividades. Finalmente, os mesmos autores também acreditam que este tipo de trabalhadores e produtores possa regular politicamente de forma autônoma o espaço social, construindo suas relações sociais na forma de uma democracia absoluta e direta.

A propósito, para os mesmos autores, o trabalho imaterial envolve tanto o trabalho simbólico relacionado à produção de ideias, códigos, programações, criações artísticas, inovações tecnológicas e pesquisas científicas, quanto o trabalho afetivo constituído por médicos, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, babás e etc.

De acordo com Negri (2007, p.234): “a época do salário acabou e passamos do confronto entre trabalho e capital (...) para o confronto entre a multidão e o Estado, referente à instauração da renda do cidadão”.

Para Negri (2007) é preciso reconhecer a força do bem comum na atualidade, pois, para ele, a criatividade na era digital não é mais individual, mas imediatamente integrante das áreas comuns, de modo que as tentativas de privatizá-la se tornam insustentáveis. Ou seja, o trabalho cognitivo, segundo o mesmo autor, não se adequa a um controle hierárquico por parte de empreendimentos empresariais com suas chefias superpostas.

Conforme Zizek (2011), a posição de Negri não consiste em abolir o capital, mas em apenas obrigá-lo a reconhecer a importância do bem comum. Segundo o filósofo esloveno,

Negri esquece que, apesar da produtividade coletiva, a multidão – com suas relações sendo vistas como produzidas na imediatividade – ainda está presa ao papel mediador das relações sociais de produção e de mercado capitalistas.

A propósito, Hardt e Negri (2005) e também Negri (2007) exprimem o entendimento de que, a partir da década de 1970, surgiu uma nova figura em termos de modelo produtivo. Eles destacam que o capitalismo começou a abandonar a estrutura fordista hierárquica do processo de produção e, em seu lugar, desenvolveu uma forma de organização em rede baseada na iniciativa do empregado e na autonomia no local de trabalho. Em vez de uma cadeia de comando centralizada e hierárquica, hoje temos redes com miríades de participantes nas quais o trabalho é organizado na forma de equipes ou projetos e a atenção geral dos trabalhadores está voltada para a satisfação do cliente, graças à visão de seus líderes. Dessa maneira, no entendimento de Hardt e Negri (2005), o capitalismo foi transformado e legitimado como projeto igualitário: ao acentuar a interação autopoietica e a auto-organização espontânea, acabou usurpando da extrema esquerda a retórica da autogestão dos trabalhadores, transformando o lema anticapitalista em capitalista.

Sob este mesmo prisma, para Hardt e Negri (2005) e Negri (2007), a verdadeira revolução é a do capitalismo digital, sendo a trajetória do socialismo vista como conservadora, hierárquica, burocrática e centralizadora. Sob este aspecto, “o paralelo entre o modelo do cérebro na neurociência e os modelos ideológicos predominantes de sociedade é revelador” (ZIZEK, 2011, p.55).

A propósito, segundo Malabou (apud ZIZEK, 2011, p. 56):

Há ecos nítidos entre o cognitivismo atual e o capitalismo “pós-moderno”; por exemplo, quando Daniel Dennett defende a mudança da noção cartesiana do Eu como agência controladora central da vida psíquica para a noção da interação autopoietica de agentes competidores múltiplos, isso não seria eco da mudança do controle e do planejamento burocráticos centrais para o modelo em rede?

E, conforme Zizek (2011, p.56), “não só o nosso cérebro é socializado como a própria sociedade é naturalizada no cérebro, e é por isso que Malabou está certa quando enfatiza a necessidade de abordar a questão principal: ‘O que se deve fazer para evitar que a consciência do cérebro coincida simplesmente com o espírito do capitalismo?’ ”.

Hardt e Negri, em seu livro “Multidão” (2005), defendem este mesmo paralelo. Pois: “Da mesma forma que as ciências do cérebro nos ensinam que não existe um Eu central, a nova sociedade da multidão, que governa a si mesma, será análoga à atual noção cognitivista do ego como um pandemônio de agentes que interagem sem nenhuma autoridade

central (...). Não admira que a noção de comunismo de Negri seja estranhamente próxima do capitalismo digital pós-moderno” (ZIZEK, 2011, p.56).

Ademais, segundo Zizek (2011), a abordagem de Hardt e Negri segue uma matriz pós-hegeliana de análise, que vê o fluxo produtivo da multidão sempre excedendo à totalidade estrutural que tenta subjugar-la e controlá-la, de modo que este fluxo é visto como transbordando revolucionariamente o poder. Porém, os autores não atentam para a mudança em paralaxe que visualiza, para além do fluxo da multidão, a própria rede e circulação do capital como sendo o verdadeiro excesso. Pois, as próprias relações imediatamente produzidas no núcleo do trabalho e da produção imaterial, continuam capturadas pela “lei do valor”, enfim, permanecem mediadas pelo “fetichismo da mercadoria”, assim como pelo conjunto das relações capitalistas, com seu micro e macroestruturas parasíticas, as quais apenas enganosamente podem ser vistas como um obstáculo à produtividade transbordante da multidão. Assim, se de fato fosse abolido o obstáculo/excesso/parasita micro e macroeconômico do Capital e político-institucional do Estado capitalista, o fluxo produtivo da multidão se perderia, caso não se estabelecesse uma forma revolucionariamente alternativa de coordenadas sistêmicas, ao mesmo tempo específicas e abrangentes.

Sob esta perspectiva, caberia, ademais, estabelecer uma inversão da análise de Marx, sobre o fetichismo da mercadoria que transforma as “relações sociais de pessoas” em “relações sociais de coisas”. Ou seja, a produção direta da vida, vista com entusiasmo por Hardt e Negri, pode ser falsamente transparente, pois as relações diretas entre pessoas no trabalho e na produção imaterial podem, na verdade, não passar de relações invisíveis entre coisas imateriais do Capital (ZIZEK, 2011).

Ou seja, Hardt e Negri (2005), subdimensionam o fato de o capitalismo, com a ajuda do Estado capitalista, estabelecer uma vinculação necessária de todas as relações sociais à troca. A propósito, a *forma-valor* somente ocorre nas formações sociais embebidas pela lógica do Capital porque somente nelas o trabalho se torna abstrato, impregnando a circulação generalizante das mercadorias, mediante o seu equivalente geral que é o dinheiro. É desse modo, que o valor assume a aparência ou a forma de valor de troca, simultaneamente implicando o trabalho abstrato como definidor dos parâmetros da *forma-valor*.

Porém, como observa Mascaro (2013, p.23):

O valor não é uma qualidade que resulte intrínseca à mercadoria, porque somente se estabelece na equivalência de todas as mercadorias entre si, o que só é possível com a genérica valoração do trabalho. O valor só pode surgir em termos de uma relação entre mercadorias, de tal sorte que sua forma apresenta-se, então, sempre de modo relacional. [Assim,] como as trocas são um circuito geral, as mercadorias trocam-se

todas por todas, assumindo a forma de uma equivalência universal. O dinheiro se constitui, a partir daí, como elemento central de tal equiparação (...). Neste processo, do trabalho abstrato ao dinheiro, a mercadoria se talha (...) na forma do valor”.

No quadro destas relações processuais, o dinheiro funciona como equivalente geral, corporificando a racionalidade do capitalismo. E, nas formações sociais que são atravessadas pelo predomínio do Capital, são os movimentos ziguezagueantes e circulantes do valor, atados ao valor de troca, que determinam as estratégias e as práticas dos capitalistas e constituem o caráter da inserção do trabalho. Nestes termos, como destaca Holloway (2013, p.67): “A interconexão social entre as atividades das pessoas se estabelece mediante a compra e venda de mercadorias, ou (...) [mediante] o valor das mercadorias expresso através do dinheiro”.

Portanto, o valor, manifestado e aparentado no dinheiro, constitui a síntese social – síntese esta que mantém as diferentes e diversas atividades, aparentemente separadas, entrelaçadas. Nestes termos, “o valor [também] é o domínio do tempo de trabalho socialmente necessário, [enfim] do tempo mínimo necessário para produzir uma mercadoria” (HOLLOWAY, 2013, p.67).

Sob este prisma, o próprio Estado funciona como instância nuclear que imprime a coesão social na sociedade capitalista, mas ele articula e solidifica esta coesão de modo processualmente subordinante à síntese social decorrente do valor, mediante a existência do dinheiro. Então, mesmo que o Estado se encontre imbricado estrutural e funcionalmente com diversos tipos de instituições sociais; e mesmo que o fundo público estatal possa, dentro de uma margem limitada, ser objeto de disputa política entre agrupamentos e classes sociais, a principal função do Estado capitalista é garantir a propriedade, o investimento e o fluxo de mercadorias.

Nestes termos, o valor funciona como síntese social mediante a interconexão das mercadorias pelo processo de troca. A própria mercadoria implica uma forma de relação social, de modo que ela como categoria de prática, é uma forma tanto de subjetividade quanto de objetividade social.

Mas, não é a mercadoria enquanto tal, mas o trabalho que é a origem do valor. Contudo, a troca como aparência do valor é algo fundamental porque é mediante ela que o valor, ao se livrar das limitações do valor de uso, exprime-se como mais-valia. Enfim, a singularidade do modo de produção capitalista se define a partir do fato de que o trabalho objetivado adquire (diante do trabalho concreto) uma existência quase autônoma, como valor. Sob este aspecto, o próprio dinheiro enquanto equivalente geral não é um simples recurso

secundário, ou seja, ele não é simplesmente um meio prático que facilita a troca, pois isto significaria ignorar “as determinações formais do dinheiro que fazem do fetichismo um efeito necessário” (MARX, apud ZIZEK, 2012, p172).

A propósito, no que se refere ao fetichismo da mercadoria, Marx o localiza nas próprias inter-relações sociais práticas. Como destaca Zizek (2012, p.180):

Marx localiza a ilusão fetichista não no pensamento, no modo errado de percebermos o que somos e fazemos, mas na própria prática social (...). É exatamente assim que devemos ler a fórmula geral de Marx a respeito da mistificação fetichista (...), *eles não conhecem, mas fazem*: o que os indivíduos não conhecem é a “inversão” fetichista a que obedecem “em sua inter-relação prática”, isto é, na própria realidade social.

Há aqui, portanto, dois níveis distintos de mistificação fetichista, com a primeira se exprimindo nas “minúcias teológicas” e na “fantasmagoria” da mercadoria enquanto suportando o movimento próprio do capital. A segunda se exprime mediante as mistificações da consciência cotidiana.

A crítica da economia política de Marx continua mantendo uma importância central e decisiva na leitura do contemporâneo. Sob este prisma, também a “luta de classes” permanece como um núcleo antagonístico e contraditório oculto fundamental que organiza, divide, distorce e dinamiza a diversidade das relações sociais na sociedade capitalista. Nesta perspectiva, como observa Zizek (2012, p.158-159):

A ‘economia’ não pode [simplesmente] ser reduzida a uma esfera da ‘ordem positiva do ser’, exatamente porque ela é sempre-já, política, porque a luta política (‘de classes’) está em seu próprio âmago. Em outras palavras, não devemos nunca esquecer que (...) as ‘classes’ não são [simples] categorias da realidade social positiva, ou partes do organismo social, mas partes do real de uma luta política que atravessa ‘todo o organismo social, impedindo sua ‘totalização’. [A propósito], (...) o próprio capitalismo é antagonístico, [ou seja, ele] conta com medidas opostas para continuar viável – e [justamente é] esse antagonismo imanente que abre espaços para a ação radical.

Por outro lado, cabe observar que, de modo *sui generis*, a própria noção de Política nomeia *a distancia da economia de si mesma*. Ou seja:

Existe política porque a economia é ‘não toda’, *porque* a economia é uma pseudo-causa impassível e “impotente”. Desse modo, a economia é duplamente inscrita aqui (...): ela é o núcleo central “expresso” em outras lutas, por meio de deslocamentos e outras formas de distorção e ao mesmo tempo ela é o próprio princípio estruturador dessas distorções (ZIZEK, 2012, p.34).

Desse modo, a “economia”, sem seu núcleo político mais íntimo – ou seja, sem a “luta de classes” que ao mesmo tempo é exterior à própria economia – se apresenta como

“uma matriz social de desenvolvimento positiva” e como uma noção historicista-evolucionária (pseudo) marxista de desenvolvimento, sem mediações dialéticas.

4. Sobre a noção de comunismo e sobre a democracia multiculturalista

A noção de comunismo de Marx mantém sua plena atualidade, sendo necessário, entretanto, da mesma forma como entendeu Marx, que ela esteja referenciada no conjunto dos antagonismos sociais reais que atravessam a totalidade social. Pois, são eles que efetivamente geram a necessidade de uma noção de comunismo – já imunizada de seus erros e equívocos observados no passado. Portanto, esta noção não pode ser concebida como ideal ou como idéia reguladora ao modo kantiano, mas como movimento que reage a estes antagonismos, e que apresenta um potencial de ruptura e de superação das coordenadas do Capital (ZIZEK, 2012).

Portanto, conforme o filósofo esloveno, a noção de comunismo não pode ser concebida como *Idéia eterna*, pois isso implicaria que a situação que a gerasse fosse também eterna, isto é, que o antagonismo ao qual o comunismo reagiria e ao qual tencionasse superar, também sempre existiria. Por outro lado, a noção de comunismo também não pode se alimentar a partir de *um sonho de presença* – ao estilo desconstrucionista de Derrida – que se nutre de sua própria impossibilidade. Ou seja, a luta pela revolução comunista não pode ser operada de modo idealista, abolindo a priori todas as formas de representação alienada e toda e qualquer perspectiva, simultaneamente materialista e transcendental, de transformação da realidade contingente.

Por outro lado, tendo presente a ideia de “luta de classes”, como núcleo estrutural antagonístico insuperável dentro das coordenadas do capital, Zizek (2011) estabelece uma acerbadada crítica aos entusiastas da diversidade cultural e aos liberais em geral, quando estes propugnam por uma democracia multiculturalista e pelos direitos das minorias. Enfim, o mesmo autor critica os liberais quando estes dizem que os excluídos dos processos político-sociais precisam ser ouvidos e que todas as vozes, posições e interesses minoritários precisam ser escutados, seus direitos humanos respeitados e suas culturas e modos de vida reverenciados. Segundo o filósofo esloveno, o que esta fórmula insossa de democracia negociadora – marcada por um abstrato e apático compromisso de tolerância – faz é manter invisível as abstrações traumáticas e fetichistas que caracterizam as relações sociais de mercado no capitalismo globalizado; e, simultaneamente, este modelo evita a solução efetiva

dos conflitos e das contradições sociais que se entrelaçam com o antagonismo central mantido oculto na sociedade capitalista, que é a “luta de classes”. O que se perde, desse modo, de acordo com o mesmo autor, é a “posição proletária”, enfim, a posição de universalidade personificada nos hiper-explorados, marginalizados e segregados na sociedade.

Logo, não basta afirmar que as “diferenças culturais” equivalem a uma série de antagonismos que incidem sobre os processos sociais contemporâneos, pois elas não funcionam como sendo a chave articulatória da totalidade social, no quadro da globalização capitalista. Do ponto de vista de uma leitura marxiana, elas funcionam antes como diferenças e como oposições abstratas. Ou seja, sob este prisma impõem-se o reconhecimento de que a “luta de classes” enquanto antagonismo é o “universal concreto” de todo o campo de lutas e diferenças sociais. Ou seja, ela funciona, segundo Zizek (2012, p.39), como “o princípio estruturador que nos permite explicar a própria pluralidade ‘inconsistente’ dos modos como os outros antagonismos podem ser articulados em ‘cadeias de equivalências’”.

A título de conclusão: breves apontamentos sobre ato político e educativo para a emancipação, na perspectiva de Slavoj Zizek

Segundo Zizek, o ato político – e, em consequência, também o ato educativo com vistas à emancipação – somente pode ocorrer quando o pensamento e a ação do sujeito desprendem-se das coordenadas da rede simbólica alienante. E, por outro lado, quando se atam à atividade coletiva, traduzindo-se em uma ação educativa e política soberana, sem fixação institucional imediata às imposições do “status quo” e livre das exigências pragmáticas de adaptação às diretrizes do poder constituído. Pois estas tendem a travar a emergência e a potência de uma linguagem, de um discurso e de uma práxis efetivamente de emancipação. Assim, o ato político-pedagógico crítico instaura sua própria legalidade, suspendendo a Lei do poder opressor imperante, abrindo espaços para a criatividade e a instauração de um processo de emancipação econômico-social, cultural e política. Esta ruptura também supõe um processo de destituição subjetiva, seguido por uma re-subjetivação amparada em insígnias simbólicas sintonizadas com atos político-pedagógicos voltadas para a liberdade e a emancipação social.

A leitura de Zizek (2005) a respeito do ato político (com sua consequência educacional) se apoia na irreduzibilidade negativa do inconsciente que no sujeito se define por resistir aos processos de identidade e de auto reflexão. Ou seja, sob este prisma, o sujeito denota uma partícula de liberdade, que é intrinsecamente política e pedagógica, se encontrando em uma situação sempre aberta de não adequação plena a seus papéis e

identificações sociais. Sob este prisma a negatividade na forma de uma universalidade não substancial, contrapõe-se à falsidade da universalização da política da identidade, veiculada inclusive pelas instituições educacionais adequadas à ideologia do capital e ao seu componente político de estabilização. Ou seja: O ato político [e educativo] por excelência é justamente a suspensão desse universal simbólico que nos é dado pelo capital. E, desse modo, o ato político se reveste de uma verdadeiramente autêntica radicalidade pedagógica, pois não se trata de uma atividade falsa de impotência política que se restringe em de fato apenas reproduzir a constelação sócio-simbólica do capitalismo global existente. Ou seja, o ato político e pedagógico radical se localiza além de toda a sua condicionalidade, ou seja, ele é incondicional. Mas, não se trata de um “ato incondicional” situado fora da história e fora do simbólico, mas de um surpreendente ato que é irreduzível ao parâmetro e à moldura das condições opressivas dadas.

Referências

- ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. RJ, Civilização Brasileira, 2010.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antônio. **Multidão**. RJ, Record, 2005.
- HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. SP, Publisher Brasil, 2013.
- JAMESON, Frederic. **A Singular Modernity**, Londres: Verso Books, 2002.
- MASCARO Alysson Leandro. **Estado e forma política**. SP, Boitempo, 2013.
- NEGRI, Antônio. **Adeus senhor Socialismo**. Porto, Ambar, 2007.
- STANDING, Guy. **O precariado: A nova classe perigosa**. BH, Autêntica, 2013.
- ZIZEK, Slavoj. **Violência: Seis reflexões laterais**. São Paulo, Boitempo, 2014.
- _____. **Alguém disse totalitarismo?** São Paulo, Boitempo, 2013.
- _____. **Vivendo no Fim dos Tempos**. São Paulo, Boitempo, 2012.
- _____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. SP, Boitempo, 2011.
- _____. **A visão em paralaxe**. São Paulo, Boitempo, 2008.
- _____. **Órgãos sem corpos: Deleuze e Consequências**. RJ, Cia de Freud, 2008.
- _____. **Às portas da Revolução: Seleção de Escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917**. São Paulo, Boitempo, 2005.